

Novas dimensões para o IDH segundo a abordagem das capacitações

New dimensions for HDI according to the capability approach

Raphael Gomes Brasil¹

Joel de Jesus Macedo²

Resumo

O conceito de desenvolvimento humano evoluiu ao longo dos anos, considerando desde uma simples medida de renda *per capita* até definições mais sofisticadas, como a abordagem das capacitações, de Amartya Sen, que está relacionada não apenas a aquilo que as pessoas possuem, mas também a um conjunto de capacitações que permitem às pessoas a escolha do que querem ser ou fazer. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento deve ser ampliado, possibilitando que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abranja dimensões relacionadas às liberdades individuais. No presente trabalho, sugere-se uma nova metodologia do IDH, acrescentando ao seu cálculo medidas de tolerância, criminalidade e democracia. Os resultados permitem concluir que até mesmo sociedades com elevado padrão de vida sofrem com problemas como o racismo e a falta de liberdades políticas.

Palavras-chave: Tolerância, Criminalidade, Democracia, IDH, Abordagem das capacitações

Abstract

The concept of human development has evolved over the years, from a simple measure of *per capita* income to more sophisticated definitions, such as the capability approach by Amartya Sen, which is related not only to what people have, but also to a range of capabilities that allow people to choose what they want to be or do. In this sense, the concept of development must be expanded, allowing the Human Development Index (HDI) to cover dimensions related to individual freedoms. In this paper, we suggest a new HDI methodology, adding measures of tolerance, crime and democracy in its calculation. The results allow us to conclude that even societies with a high standard of living face problems such as racism and lack of political freedoms.

Key-words: Tolerance, Criminality, Democracy, HDI, Capability Approach

JEL: C1, I3, J00.

Enviado em: 18/02/2016

Aprovado para publicação em: 10/08/2016

INTRODUÇÃO

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH), que apresentou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um conceito multidimensional que compara o desenvolvimento humano entre os países, considerando não somente a renda, mas também a educação e a expectativa de vida ao nascer. Essa medida surgiu como

¹ Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: raphaelbrasil@gmail.com

² Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail : joelzmacedo@gmail.com

resposta à antiga abordagem utilitarista, que levava em conta apenas o PIB *per capita* como medida de desenvolvimento.

Uma das principais teorias sobre o problema da pobreza foi desenvolvida por Amartya Sen, que, por meio da abordagem das capacitações, trouxe uma nova concepção de bem-estar, valorizando a capacidade que as pessoas têm de fazer ou ser aquilo que consideram valioso, e não os bens e serviços a que elas têm acesso. Sob esse ponto de vista, o desenvolvimento também é função de outras dimensões de liberdades, tais como a igualdade étnica (respeito às diferenças) e a liberdade de escolher os governantes, por meio da democracia, em que os menos favorecidos tenham voz, e também a dimensão da criminalidade, que afeta negativamente o bem-estar e cessa capacitações. Se essas liberdades não são respeitadas, pode-se dizer que há um processo de “retenção” das capacitações. Apesar de tal relevância, tais dimensões não são compreendidas no cálculo do IDH.

A democracia é a própria expressão da liberdade, da capacidade que um povo tem de decidir o futuro do seu desenvolvimento, e qualquer restrição à democracia é uma privação de oportunidade de escolha. A desigualdade racial e religiosa é um fator importante a ser considerado no sentido de que não apenas ela se faz presente nos rendimentos, mas também na participação política. A criminalidade é outra dimensão que também deve ser avaliada, pois não somente ela exerce influência na expectativa de vida, como também há uma correlação entre criminalidade, desigualdade de renda e instituições fracas.

A abordagem das capacitações está em estudo, e sua operacionalização é proposta por diversos pesquisadores. Nesse sentido, o presente trabalho sugere a revisão do cálculo do IDH, propondo um novo enfoque às complexas dimensões representadas pelo desenvolvimento. Não é possível afirmar, a partir do ponto de vista da abordagem das capacitações, que um país com alta renda *per capita* e elevados índices educacionais, mas regido por uma ditadura e apresentando elevados índices de criminalidade, seja muito mais desenvolvido que uma democracia de baixa renda *per capita* e igualdade de gêneros. Tal situação extrema pode ser observada empregando-se a metodologia apresentada neste trabalho.

O objetivo do trabalho é desenvolver a metodologia de um índice de desenvolvimento humano que incorpore ao seu cálculo medidas de tolerância, criminalidade e democracia. Logo, o IDH a partir da abordagem das capacitações incorporará um conceito mais amplo de igualdade, que englobe não apenas o gênero e a renda, mas também as questões raciais e religiosas, bem como o fator criminalidade. Após essa estimativa, procede-se a uma investigação empírica, cujos resultados são analisados criticamente. O artigo está estruturado em cinco seções: introdução, referencial teórico, metodologia, análise de resultados e considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de desenvolvimento

O PIB *per capita* foi, por muito tempo, o principal critério para a avaliação do desenvolvimento de um país, em função das teorias dominantes logo após a Segunda Guerra Mundial. Entendia-se que o crescimento econômico seria o principal

instrumento de redução de pobreza de um país. Os primeiros trabalhos sobre desenvolvimento econômico concentravam esforços e estratégias preocupadas em manter o crescimento econômico e o nível de emprego.

No começo dos anos 1950 e 1960, as políticas de planejamento dos países em desenvolvimento priorizaram estratégias de crescimento econômico para promover a industrialização. O modelo agrário-exportador começou a ser substituído pela industrialização, com vistas à modernização da economia e consequente redução da pobreza. No entanto, o padrão dualista do desenvolvimento resultou em um pequeno setor moderno relativamente privilegiado, deixando o restante da economia com baixos rendimentos, aumentando o êxodo rural e, por conseguinte, o desemprego, agravando as desigualdades sociais e econômicas. No contexto desses problemas, o modelo de crescimento econômico como política de desenvolvimento começou a ser colocado em xeque.

Parte das limitações no que diz respeito à avaliação do desenvolvimento deve-se às restrições estatísticas da época: na falta de dados, adotou-se apenas o PIB *per capita* como unidade de medida do desenvolvimento. Obviamente, em economias com grande desigualdade de renda, esta abordagem omite elementos fundamentais ao bem-estar da população, como quantidade de pessoas pobres, nível de educação e outros indicadores sociais (THORBECKE, 2006).

Somente nos anos 1970, num contexto de aumento das desigualdades de renda, êxodo rural, estagnação (ou até mesmo aumento) do número de pessoas pobres e agravamento dos desequilíbrios do balanço de pagamentos nos países do terceiro mundo é que o bem-estar da população começou a ser visto como o objetivo *final* do desenvolvimento. Essa mudança deveu-se muito à *abordagem das necessidades básicas* (BNA), que dá prioridade às garantias mínimas de bens e serviços que assegurem um nível decente de sustento a todas as pessoas. Essa nova abordagem foi apresentada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, posteriormente, por Robert McNamara, presidente do Banco Mundial (STEWART, 2013).

Nos anos 1980, a maioria dos países em desenvolvimento sofria com problemas relacionados à inflação e ao desequilíbrio no balanço de pagamentos. As políticas de ajustamento e estabilização foram priorizadas em detrimento da busca do desenvolvimento. Assim, a abordagem das capacidades de Amartya Sen se tornou mais atrativa. Em comparação com o BNA, a abordagem das capacitações se concentra mais nas capacidades individuais e necessidades. O PNUD reuniu ideias do BNA e as teorias das capacidades e liberdades de Sen e, em 1990, publicou o Relatório de Desenvolvimento Humano (UNDP, 1990).

Compreende-se, dessa forma, que o conceito de desenvolvimento econômico não é estático. Ele evolui no tempo conforme novas necessidades humanas são identificadas.

A abordagem das capacitações

O bem-estar é um conceito abstrato, podendo ser analisado sob duas óticas distintas: a teoria utilitarista e a abordagem das capacitações. A teoria utilitarista concentra-se na felicidade, no prazer e na realização do desejo, admitindo que os

indivíduos sejam racionais e voltados para a maximização da utilidade. Pressupõe-se que o aumento da renda propicia a elevação do consumo e, como consequência, também da utilidade. Nesta visão, são as variáveis monetárias que representam o bem-estar. Sendo assim, a pobreza é identificada como insuficiência de renda ou consumo.

A crítica de Sen (2000) quanto à abordagem utilitarista é que ela não distingue diferentes fontes de prazer e dor ou diferentes tipos de desejos. Dessa forma, Sen rejeita a utilidade, pois as considerações feitas levam à conclusão de que nem a opulência (renda, comando de *commodities*), nem a utilidade (felicidade, realização de desejo) constituem ou representam o bem-estar humano e a privação de forma adequada. O autor aponta três deficiências desta abordagem:

- Indiferença distributiva: o utilitarismo avalia a máxima felicidade geral e não leva em conta as possíveis desigualdades do bem-estar da população.
- Os direitos, liberdades e outros elementos tão importantes ao bem-estar são relegados a um papel secundário, uma vez que influenciam apenas indiretamente a utilidade.
- Conformismo e condicionamento mental: quem sofre privações condiciona sua expectativa a uma vida limitada.

Sen (2000) constrói seu conceito de abordagem de capacitações a partir da crítica que faz sobre o bem-estar econômico. Para estabelecer seu conceito, o autor faz conexões desde Aristóteles, passando por Adam Smith, até Marx. Iniciando com o raciocínio de Adam Smith, Sen considera que o crescimento econômico é dado pela expansão de bens e serviços necessários ao desenvolvimento humano. Contudo, ele enfatiza Aristóteles, que diz: “riqueza não é, evidentemente, o bem que procuramos; pois é apenas útil por a troca de algo”. Para avaliar a qualidade de vida, é preciso considerar o que as pessoas são capazes de alcançar. Sen, em seguida, observa que diferentes pessoas e sociedades diferem em sua capacidade de converter renda e *commodities* em realizações. Em vez disso, é necessária uma abordagem mais direta, que se concentre na funcionalidade humana e na capacidade de conseguir “valor de funcionalidade”.

Sob esse ponto de vista, Sen define quatro conceitos:

- Funcionalidade: é a realização de uma pessoa, o que ela considera valioso fazer ou ser. A funcionalidade refere-se ao uso que uma pessoa faz das *commodities* em seu comando.
- Capacitação: reflete a capacidade de uma pessoa de atingir determinada funcionalidade (de “fazer” ou “ser”).
- Funcionalidade n-tupla: a funcionalidade n-tupla (ou vetor) descreve a combinação de “ser” e “fazer” que constitui o estado de vida de uma pessoa. É dada pela utilização (por meio de uma função de utilização pessoal) do conjunto de *commodities* disponível. Cada funcionalidade n-tupla representa um possível estilo de vida.
- Conjunto de capacitações: descreve o conjunto das *n* funcionalidades que uma pessoa pode alcançar. É provável que uma pessoa seja capaz de escolher entre diferentes subconjuntos de *commodities* e utilizações. O conjunto de capacitações é obtido pela aplicação de todas as utilizações

possíveis, para todos os subconjuntos de *commodities* atingíveis.

De forma geral, a abordagem das capacitações consiste numa visão mais ampla do bem-estar, não o entendendo apenas como uma realização específica, mas também como a capacidade que os indivíduos possuem de escolher entre diferentes realizações. Assim, a privação é definida pela falta de oportunidades de escolha e, como consequência, pela impossibilidade de cumprir um plano de vida.

O bem-estar é definido como a existência de liberdades traduzidas nas oportunidades de escolhas. Essa definição admite também que a insuficiência de renda pode ser a causa principal da privação de bem-estar individual, na medida em que impossibilita a escolha de planos de vidas, abrangendo, dessa forma, também o conceito utilitarista (BOMFIM, 2012).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998), com a colaboração de Amartya Sen, com a finalidade de comparar o estágio de desenvolvimento relativo entre países, uma vez que as medidas utilizadas até então levavam em conta apenas a renda como forma de comparação. O índice é calculado anualmente para todos os países e divulgado no Relatório do Desenvolvimento Humano, que, juntamente com outros dados e análises, é publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entidade de desenvolvimento global da Organização das Nações Unidas.

O IDH leva em conta três dimensões para avaliar o desenvolvimento de um país: saúde, educação e renda. A dimensão saúde é medida pela expectativa de vida ao nascer. A dimensão renda é medida pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* expressa em poder de paridade de compra (PPP). Quanto à dimensão “educação”, seu cálculo requer dois subitens: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança nessa faixa etária pode esperar receber se os padrões prevaletentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança.

Assim, ao propor medir o bem-estar por meio desses indicadores, o IDH é aplicável tanto na perspectiva utilitarista quanto na perspectiva das capacitações, mas com os indicadores apresentando significados distintos. Na concepção utilitarista, esses indicadores estão voltados para o aumento da capacidade produtiva, enquanto na abordagem das capacitações, eles influenciam o ganho de habilidades para escolher vidas possíveis. Ambas as perspectivas estão diretamente relacionadas, na medida em que enfatizam o papel dos seres humanos e, em particular, de suas habilidades efetivas.

Em 2010, foi criado o IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD) e o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), que são indicadores ponderados pelas desigualdades. Apesar de essas novas dimensões tornarem o IDH mais “realista”, há, na literatura sobre o tema, um amplo debate sobre quais dimensões deveriam ser consideradas no cálculo da medida do nível de desenvolvimento de um país.

Críticas ao IDH

O IDH tem sido criticado por não incluir quaisquer considerações ecológicas, com foco exclusivamente no desempenho nacional e na classificação, e por não avaliar o desenvolvimento em uma perspectiva mais abrangente. O índice também foi criticado como “redundante” por medir aspectos do desenvolvimento que já foram estudados exaustivamente (SAGAR; NAJAM, 1998; CASADIO; PALAZZI, 2012; PALAZZI; LAURI, 2013;).

Palazzi e Lauri (2013) criticam o fato de que a forma como o índice é calculado mudou várias vezes ao longo dos anos, embora as variáveis continuem sendo as mesmas. A sugestão dos autores é que os pressupostos de perfeita substituíbilidade e peso igual sejam abolidos. Isso permite a introdução de diferentes hipóteses, mais complexas que as utilizadas pelo RDH, de forma a levar em conta o desequilíbrio entre os países.

Sagar e Najam (1998) defendem que o índice ainda não inclui quaisquer considerações ecológicas, e também que, ao longo dos anos, os RDH se estagnaram, repetindo a mesma retórica, sem necessariamente aumentar a utilidade do IDH. Sugerem, então, que a questão da sustentabilidade seja incorporada ao índice. Ratan Lal Basu (2005), ao abordar a noção de que o desenvolvimento, em seu verdadeiro sentido, deve incluir também o desenvolvimento moral, sublinhou que o esforço de desenvolvimento humano não deve acabar na melhora das privações materiais *per se*, mas deve também comprometer-se em trazer o desenvolvimento espiritual para o indivíduo se tornar verdadeiramente humano.

Novos indicadores

Face às críticas, diversos pesquisadores buscaram novas dimensões para tornar o índice mais completo. Oliveira (2013) sugere um novo índice, que possibilita mensurar o desenvolvimento sustentável por meio do conceito de *ecological footprint*. Peñaflor (2011) propõe uma nova concepção de desenvolvimento, a partir do conceito de riqueza intangível e de como ela pode contribuir para a redefinição dos conceitos de riqueza e pobreza e, eventualmente, do próprio conceito de desenvolvimento.

Segundo o autor, do ponto de vista da renda, os ativos intangíveis também resultam em rendimentos, mas não são vistos dessa forma. Ele cita, por exemplo, que uma *social network* é um ativo intangível gerador de riqueza, sendo, portanto, fundamental ao desenvolvimento. Martins et al. (2006) sugerem o Índice de Desenvolvimento Humano Híbrido (IDHh), que incorpora uma nova dimensão do nível de desenvolvimento dos países, baseada na sustentabilidade ambiental. Seu cálculo é semelhante ao do IDH, padronizando os indicadores usuais ao Índice de Sustentabilidade Ambiental (ISA).

Taner et al. (2011) sugerem um índice em que a quarta dimensão esteja atrelada ao nível de desemprego dos países. Segundo o estudo desses autores, embora não tenha sido incluída atualmente nos subíndices do IDH, a taxa de desemprego é um indicador de inclusão social e de qualidade de vida por vias da utilização eficiente dos recursos humanos. Tem impacto sobre o bem-estar muito maior que a perda de renda. O desemprego precipita declínios em bem-estar pessoal,

como deterioração da saúde e da autoestima – muitas vezes, levando o indivíduo ao suicídio – e aumento da propensão a se envolver em atividades ilegais.

Casadio e Palazzi (2012) propõem o Índice de Desenvolvimento Sustentável, que identifica a capacidade de satisfazer as necessidades da presente geração sem comprometer a possibilidade de fazê-lo para as futuras gerações. Na aplicação do método, foram escolhidos três grupos de variáveis, referentes aos aspectos econômicos, ambientais e sociais do desenvolvimento de um país. Existem até sugestões menos usuais, como a de Elvidge et al. (2012), que propõem o Índice de Desenvolvimento Luz Noturna, medido a partir de imagens noturnas feitas por satélites, levando em conta a densidade populacional.

Novas dimensões para o IDH

Neste trabalho, sugerem-se novas dimensões para o IDH, com o objetivo de favorecer avanços no conceito de desenvolvimento. Contudo, algumas variáveis comumente sugeridas na literatura, como o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental e o desemprego, não serão consideradas. O argumento é que, apesar da relevância dessas variáveis no contexto do bem-estar, elas não estão diretamente relacionadas ao conceito da abordagem das capacitações de Sen. Não é o ambiente em que as pessoas vivem que deve ser avaliado, mas, sim, suas capacidades, suas liberdades e sua relação com outras pessoas. O IDH mede o desenvolvimento humano, e não o desenvolvimento econômico ou ambiental.

A interpretação do IDH se baseia na premissa de que o ser humano deve ter uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um padrão de vida digno. A interpretação que este trabalho propõe é a de que, mesmo que o ser humano tenha todas essas condições, ele deve conviver num ambiente socialmente saudável, pacífico, com suas liberdades políticas respeitadas e com respeito à sua raça e religião. Essa é uma visão não apenas humana do indivíduo, mas também social. Essa abordagem se torna válida na medida em que o RDH, desde 2010, entende que o padrão social em que o indivíduo vive é determinante na avaliação do desenvolvimento, da mesma forma que o RDH fez com a inclusão dos IDH adaptados às desigualdades de renda e ao gênero.

Liberdade política

Para Sen, a liberdade é um elemento substantivo básico do desenvolvimento. O desenvolvimento melhora a vida das pessoas e a liberdade desfrutada por elas. A capacitação de um indivíduo depende de uma variedade de fatores, incluindo características pessoais e acordos sociais.

A democracia pode ser definida como a presença de eleições livres e justas, de liberdades civis e de um processo de decisão majoritária que permite a presença da igualdade de oportunidades e direitos, como também da igualdade política, social e econômica (SARTORI, 1968). Contudo, não há evidências empíricas contundentes de que a democracia, as ditaduras ou qualquer outro regime político tenha influência no crescimento econômico.

Acemoglu et al. (2014) ressaltam que é teoricamente ambígua a relação entre regimes políticos e crescimento. Contudo, em seu artigo, ele mostra que há uma correlação positiva significativa, economicamente e estatisticamente, entre democracia e PIB *per capita* futuro. Alesina e Rodrik (1994), bem como Persson e Tabellini (1994), entre outros, têm defendido que a redistribuição democrática traz distorções e desencoraja o crescimento econômico. Barro (1996) é contundente ao dizer que liberdades econômicas, sob a forma de mercados livres e pequenos governos que atuam sobre a manutenção dos direitos de propriedade, incentivam o crescimento econômico.

Se não há um consenso sobre a eficiência da democracia em promover o crescimento econômico, é inegável o valor que ela tem para o desenvolvimento humano. Sobre a importância da democracia, o RDH 2002 destaca que este fator ajuda a proteger as pessoas de catástrofes econômicas e políticas, como fome e queda no caos. A democracia garante que as instituições e o poder sejam distribuídos de forma que os mais pobres disponham de voz e espaço na tomada de decisões. Sen (2009) defende uma nova teoria de justiça, baseada num conceito mais amplo de democracia efetiva, como uma ideia devidamente articulada de justiça social nas experiências da escolha social e da equidade. Dessa forma, verifica-se o quão importante é a democracia para o desenvolvimento humano, na medida em que amplia as liberdades individuais e coletivas da população.

Tolerância étnica

Diversidade étnica é a união de vários povos na mesma sociedade. Etnia refere-se a um grupo de indivíduos que possuem afinidades de origem, história, idioma, religião e cultura, independente do país em que se encontrem. Não é tão vasta a literatura que aborda as diferenças étnicas em correlação com o crescimento econômico; contudo, verifica-se que se trata de um fenômeno com maior evidência nos países africanos.

Diferentemente da democracia, as evidências empíricas mostram que, quanto maior a diversidade étnica de um país, maior é a tendência de conflitos internos e de subdesenvolvimento. Easterly e Levine (1997) comprovam que diferentes grupos étnicos afetam significativamente o crescimento de países africanos. Mauro (1995) examinou a relação entre índices de fragmentação religiosa e crescimento de longo prazo. O autor defende que a fragmentação leva à instabilidade política e, em casos extremos, à guerra civil. Easterly et al. (2006) estendem essa análise para incluir outras regiões do mundo. Nesses dois últimos trabalhos, no entanto, os autores argumentam que a fragmentação étnica (ou a falta de coesão social) tem um impacto negativo sobre as instituições sociais que fornecem a estrutura para o crescimento econômico positivo.

Usando um índice de polarização religiosa, Montalvo (2005) conclui que conflitos religiosos afetam negativamente o crescimento. O autor defende que o índice por ele criado tem maior poder explicativo para elucidar o baixo crescimento de alguns países do que os índices de fragmentação usualmente utilizados como variável *proxy* para diversidade étnica.

Noyoo (2000) entende que o desenvolvimento econômico é promovido, entre outras coisas, por um ambiente social e econômico favorável, e que parte da

explicação do subdesenvolvimento dos países da África Subsaariana se deve aos conflitos étnicos, que são subestimados na análise do problema. Basuchoudhary e Shughart (2010) partem de uma análise institucional para explicar que “boas” instituições econômicas e políticas melhoram as taxas de crescimento *per capita* e mitigam o efeito de tensões étnicas no crescimento *per capita*. Eles utilizam um modelo de regressão de crescimento padrão e mostra que as tensões étnicas reduzem as taxas de crescimento *per capita*.

Violência e criminalidade

A criminalidade envolve várias dimensões do ser humano no contexto social em que vive. A maior parte da literatura existente compara o aumento do número de atividades criminosas com o aumento da desigualdade de renda. Embora se suponha que a criminalidade diminua com o desenvolvimento econômico, as evidências empíricas mostram que não há um consenso sobre esse fato. Capasso (2005) apresenta algumas evidências de como a criminalidade pode estar relacionada com o desenvolvimento: um baixo nível de desenvolvimento econômico implica um maior grau de pobreza e, na medida em que a pobreza é, muitas vezes, a principal causa de violência, implica também um alto nível de atividade criminal.

Além disso, como a evidência empírica mostra, estagnação econômica pode aumentar ainda mais a taxa de criminalidade. Por outro lado, o crime pode afetar negativamente o crescimento econômico, atingindo o retorno sobre os investimentos e a rentabilidade dos negócios. Lloyd e Marceau (2003) argumentam que a insegurança gerada pelo alto nível de criminalidade pode ser muito prejudicial para o crescimento. Um aumento na taxa de criminalidade se traduz em um aumento no nível de insegurança e um decréscimo na taxa de acumulação de capital e crescimento. Powell et al. (2010) vai além, afirmando que, conforme descrito na literatura, as taxas de criminalidade e também de corrupção tanto podem aumentar quanto diminuir o crescimento econômico. Ojog (2014) comprova que não existe qualquer efeito estatisticamente significativo da criminalidade sobre o crescimento econômico nos países da União Europeia entre 2004 e 2012. Kumar (2013) encontra uma relação negativa e estatisticamente significativa entre crimes violentos e taxa de crescimento da renda *per capita* nos estados da Índia.

Kleinschmitt et al. (2012) investigam a taxa de homicídios no Brasil com base nos dados dos Censos de 1991 e 2000 e afirmam que os homicídios são, em vastas proporções, resultado das desigualdades sociais existentes nos estados, mas os autores alegam que outros estudos devem ser realizados e aprofundados para essa discussão. O aumento da renda *per capita*, acompanhado de uma crescente concentração de renda, fatores medidos pelo indicador de Gini, aumentam as taxas de homicídio.

As reduções na desigualdade e o aumento dos níveis educacionais estão associados a reduções nos índices de criminalidade. De acordo com Becker (2013), políticas públicas voltadas para a educação podem contribuir para reduzir a criminalidade por meio de dois canais: o primeiro refere-se ao mercado de trabalho, pois um indivíduo mais educado tem maiores oportunidade de emprego, o que aumenta o custo de oportunidade de ingressar em atividade criminosas; o segundo está relacionado aos efeitos psíquicos da educação, que alteram o gosto para o crime,

pois é provável que um indivíduo mais educado torne-se mais ponderado, paciente e propenso a obedecer às leis.

Soares (2004) reporta que a criminalidade tem uma relação positiva com o desenvolvimento. Contudo, em seu trabalho, apresenta uma extensa revisão da literatura sobre o tema, mostrando estudos que avaliam vários tipos de crimes, como roubos, assaltos, estupros, homicídios e tráfico de drogas entre diversos países, sem encontrar um consenso sobre o problema. O autor conclui que o desenvolvimento (medido pela renda *per capita*), por si só, não tem qualquer efeito significativo sobre o crime, apesar de aumentos na taxa de crescimento da economia reduzirem o número de furtos. A educação também é um fator que tem efeitos negativos sobre o número de roubos e assaltos. A conclusão é que o desenvolvimento não afeta a criminalidade.

A criminalidade, que, neste trabalho, será representada pela taxa de homicídios, tem múltiplos efeitos no desenvolvimento humano, apesar dos resultados inconclusivos sobre o crescimento econômico. A criminalidade é um problema social que afeta negativamente a qualidade de vida dos cidadãos, gerando custos econômicos e perdas de vidas humanas. Um ambiente propício ao desenvolvimento humano é livre de qualquer tipo de insegurança.

METODOLOGIA

Para o cálculo do IDH, são utilizadas, atualmente, três dimensões consideradas fundamentais para o desenvolvimento humano: ter uma vida longa e saudável, ter conhecimento e ter um padrão vida digno. Para ter uma vida longa, o indicador utilizado é a esperança de vida ao nascer. Em relação ao conhecimento, há a junção de dois indicadores, que é a média de anos de escolaridade e anos de escolaridade esperados. Para um padrão de vida digno, utiliza-se a renda nacional bruta. Essas dimensões são transformadas em Índice Esperança de Vida, Índice de Educação e Índice da RNB. A média geométrica desses três índices forma o Índice de Desenvolvimento Humano.

Como forma de ampliar o conceito de desenvolvimento, em 2010, quando o Relatório do Desenvolvimento Humano completou 20 anos, a forma de cálculo do IDH sofreu pequenas alterações, e novos índices foram criados. Até 2009, o cálculo da dimensão renda usava exclusivamente o indicador PIB *per capita*. Outra mudança metodológica do IDH de 2010 refere-se à utilização da média geométrica em substituição ao uso da média aritmética dos índices de dimensão. A grande vantagem da média geométrica é a de, ao penalizar mais os valores extremos, implicar a não substituíbilidade perfeita entre as três dimensões. Assim, ao produzir valores mais baixos de IDH, um Estado que revele uma das dimensões significativamente mais fraca que as demais será penalizado, tendo sua pontuação encolhida.

No RDH de 2010, foi criado o IDHAD, que é o índice-padrão ajustado à desigualdade de renda; o IDG, que é ajustado ao gênero; e o Índice de Pobreza Multivariada (IPM), em substituição ao Índice de Pobreza Humana (IPH), criado em 1997 para responder à necessidade de avaliar as conjunturas de pobreza e de privação multidimensionais com o acesso à saúde, nutrição ou habitação. A substituição procurou superar as limitações do índice antecedente ao procurar computar tanto o número de pessoas que são pobres multidimensionalmente como a

intensidade da sua pobreza. A proposição da mudança desse índice foi feita por Alkire e Santos (2010).

Para atender à proposta do presente trabalho, novas dimensões do desenvolvimento humano são sugeridas: os subíndices Tolerância Étnica, Criminalidade e Liberdade Política. De certa forma, todos estão correlacionados, mas são intrinsecamente bem distintos. Todas essas dimensões são consideradas essenciais à liberdade do ser humano e fundamentais para o poder que os indivíduos têm de alcançar suas realizações.

Dados e procedimento metodológico

O cálculo será procedido da mesma forma que atualmente o IDH é calculado, em conformidade com o que está disponível em Human Development Report (UNDP, 2010). Para as novas dimensões, os indicadores serão:

- **Tolerância Étnica:** tratando-se de uma dimensão polêmica, de mensuração complexa, utilizam-se dados do estudo de Das et al. (2008), que investigaram a tolerância da população de vários países em relação a homossexuais e pessoas de diferentes raças e religiões e a disposição que os pais têm de ensinar tolerância para seus filhos. Os dados para a construção do *GT Index* foram obtidos a partir do World Values Survey e European Values Study.
- **Criminalidade:** uma sociedade desenvolvida é aquela em que, mesmo que os níveis de renda sejam baixos, o cidadão pode viver sem ter medo da violência e da criminalidade. De forma a simplificar o cálculo, o indicador utilizado será a taxa de homicídio para cada 100 mil habitantes, a partir de dados disponíveis no World Bank.
- **Liberdade Política:** adota-se o Índice de Democracia criado pela revista *The Economist*, que utiliza dados de 167 países. Trata-se de um conceito amplo, que se concentra em cinco categorias gerais: processo eleitoral e pluralismo, liberdades civis, funcionamento do governo, participação política e cultura política.

No Quadro 1, a seguir, é possível ver quais dimensões são atualmente utilizadas pelo PNUD para o cálculo IDH.

Quadro 1: Dimensões do IDH atual

Dimensões do IDH Atual		
Dimensões	Indicadores	Índice de Dimensão
Vida longa e saudável	Esperança de vida ao nascer	Índice esperança de vida
Conhecimento	Média de anos de escolaridade	Índice de educação
	Anos de escolaridade esperado	
Um padrão de vida digno	RNB per capita	Índice da RNB

Fonte: UNDP (2010)

No Quadro 2, apresentam-se as novas dimensões sugeridas e seus respectivos indicadores.

Quadro 2: Novas dimensões propostas para o IDH

Novas dimensões propostas para o IDH		
Dimensões	Indicadores	Índice de dimensão
Liberdades políticas	Democracy Index	Índice democracia
Respeito às diferenças	GT Index	Índice tolerância
Vida tranquila	Taxa de homicídios	Índice criminalidade

Fonte: Elaborado pelos autores

Para o cálculo do IDH, será necessário criar seis subíndices, um para cada dimensão. Os valores mínimos e máximos da amostra têm de ser ajustados no sentido de transformar os indicadores em índices entre 0 e 1. A utilização da média geométrica para a agregação é fundamental para que o valor máximo não afete a comparação relativa (em termos percentuais) entre dois países ou períodos de tempo diferentes.

Os valores máximos são fixados nos valores máximos observados dos indicadores dos países na série cronológica, ou seja, 1980-2013. Os valores máximos e mínimos são obtidos diretamente das fontes apresentadas no próprio relatório. Os limites mínimos para educação é zero, pois as sociedades podem subsistir sem educação formal. A função da transformação do rendimento nas capacidades será provavelmente côncava. Assim, para estabelecer o subíndice rendimento, usa-se o logaritmo natural dos valores mínimos e máximos reais.

Em relação aos novos índices, o subíndice democracia é composto por cinco critérios (processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis), com valores variando de 0 a 10. A tolerância étnica é medida pelo índice calculado por Das et al. (2008), cujos valores também vão de 0 a 100, pois se trata de uma média de participação populacional. A taxa de homicídio para cada 100 mil habitantes é adotada como critério de avaliação para o índice de criminalidade. Os dados estão disponíveis na base de dados do World Bank.

Quando há uma dimensão sem um valor máximo observável – como, por exemplo, um valor para a expectativa máxima de vida –, o RDH utiliza os valores máximos desta dimensão com base no histórico estatístico de todos os países desde 1980. Nesse sentido, os valores máximos para a média de anos de escolaridade é de 13,2, referentes aos Estados Unidos para o ano de 2000. Em relação à variável “anos esperados de escolaridade”, o valor mais alto pertence à Austrália, para 2002. A expectativa de máxima é de 83,6 anos, no Japão, em 2013, e a renda máxima é do Qatar, 119.029 PPC \$, em 2013.

Em relação às novas dimensões, todos os valores mínimos são zero, e para tolerância e democracia, os valores máximos são 100 e 10 respectivamente, pois são os máximos possíveis. Em relação à criminalidade, a taxa de homicídio por 100 mil habitantes mais alta observada em todos os países que possuem dados é de 139,13, dado referente a El Salvador, no ano de 1995.

Cada subíndice é dado pela seguinte equação:

$$\text{Índice da dimensão} = \frac{\text{valor observado} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}} \quad (1)$$

Posteriormente, padroniza-se como segue:

$$IDH = \left(I_{Vida}^{1/6} + I_{Renda}^{1/6} + I_{Educação}^{1/6} + I_{Tolerância}^{1/6} + I_{Democracia}^{1/6} + I_{Criminalidade}^{1/6} \right) \quad (2)$$

Não é possível obter dados para todos os países dispostos no RDH, em virtude de serem dimensões com relativa complexidade. Só estão disponíveis informações para 65 países, mas algumas conclusões interessantes podem ser tiradas dos resultados.

RESULTADOS

A proposta do trabalho é que, por meio da criação de um novo índice, novas dimensões possam revelar situações e evidenciar problemas sociais que o IDH é incapaz de mostrar. Países que possuem elevada renda, bons níveis educacionais e de saúde podem ter problemas que não podem ser atualmente identificados. A Tabela 1 apresenta os resultados.

Os resultados da Tabela 1 permitem constatar que novas dimensões para o IDH podem ou não mudar a referência de uma nação sob a ótica do desenvolvimento humano. Muitos países permanecem em uma posição privilegiada, como Noruega, Holanda e Alemanha. Outros estão em patamar inferior, porém, não muito diferente, se comparados à metodologia vigente, como é o caso do Zimbábue, da Turquia e da Uganda. Só foi possível obter informações completas de 60 países.

Verifica-se que a distribuição da amostra de países em relação às dimensões é heterogênea, exceção feita ao índice de criminalidade. A explicação é a de que o valor máximo observado para a taxa de criminalidade é de 139.12, valor muito superior à taxa dos países da amostra estudada. Nas últimas quatro colunas da tabela, estão as informações mais importantes, que se referem à classificação dos países da amostra, comparando o antes e o depois. O valor do IDH *per se* não pode ser comparado em termos absolutos; por isso, a variação da classificação é importante.

Um dos países que mais chamam a atenção é a Coreia do Sul, que, apesar de ter um elevado índice educacional, de renda e de democracia, é penalizada por ter o terceiro pior índice de tolerância entre os países pesquisados. De fato, segundo dados da WVS (2006), 34,1% da população coreana não gostaria que seus vizinhos fossem de uma raça diferente, contra 19% do total da amostra; 79,8% não queriam vizinhos homossexuais, contra 48,2% total; e 31% seriam contra pessoas de outra religião, contra 20% total. Se, em relação ao IDH atual, a Coreia do Sul era a 14ª nação mais desenvolvida, em razão de ser uma nação relativamente mais intolerante, seria apenas o 32º país (da amostra) mais desenvolvido, segundo a nova metodologia sugerida.

Além de problemas com a tolerância, Rússia, Jordânia, Egito e Argélia têm problemas em relação ao índice democracia. São classificados como “regimes autoritários”, segundo o *Democracy Index* de 2014. A Rússia tem um IDH próximo ao patamar de elevado desenvolvimento humano; contudo, é relativamente intolerante (66% da população não gostaria de ter vizinhos homossexuais).

Novas dimensões para o IDH segundo a abordagem das capacidades

Tabela 1 - Resultados para o novo IDH

	IDH atual	Índice tolerância	Índice democracia	Índice criminalidade	Novo IDH	Class. IDH 2014	Class. amostra	Class. Novo IDH	Variação
Valores médios	0.784	0.708	0.705	0.958	0.778				
Algeria		0,492	0,383	0,993	0.640	93	48	50	-2
Argentina	0,808	0,845	0,684	0,950	0,814	49	32	29	3
Australia	0,933	0,884	0,901	0,989	0,928	2	2	3	-1
Austria	0,881	0,782	0,854	0,994	0,877	21	16	15	1
Belgium	0,881	0,841	0,793	0,985	0,875	21	18	17	1
Brazil	0,744	0,792	0,738	0,831	0,765	79	43	35	8
Bulgaria	0,777	0,615	0,673	0,977	0,758	58	36	37	-1
Canada	0,902	0,887	0,908	0,988	0,914	8	8	8	0
Chile	0,822	0,791	0,780	0,975	0,833	41	30	24	6
China	0,719	0,582	0,300	0,989	0,633	91	47	51	-4
Czech Republic	0,861	0,765	0,794	0,990	0,853	28	23	20	3
Denmark	0,900	0,901	0,911	0,993	0,917	10	10	7	3
Egypt	0,682	0,397	0,316	0,991	0,583	110	50	56	-6
Estonia	0,840	0,692	0,774	0,931	0,816	33	25	28	-3
Finland	0,879	0,827	0,903	0,982	0,890	24	19	12	7
France	0,884	0,763	0,804	0,989	0,865	20	15	18	-3
Germany	0,911	0,821	0,864	0,992	0,900	6	6	9	-3
Ghana	0,573	0,559	0,633	0,956	0,632	138	55	52	3
Greece	0,853	0,706	0,745	0,991	0,828	29	24	25	-1
India	0,586	0,583	0,792	0,972	0,670	135	54	48	6
Indonesia	0,684	0,527	0,695	0,995	0,699	108	49	44	5
Ireland	0,899	0,783	0,872	0,992	0,889	11	11	13	-2
Italy	0,872	0,790	0,785	0,991	0,861	26	21	19	2
Jordan	0,745	0,397	0,376	0,988	0,628	77	42	53	-11
Korea (Republic of)	0,891	0,450	0,806	0,963	0,792	15	14	32	-18
Latvia	0,810	0,722	0,748	0,946	0,805	48	31	30	1
Lithuania	0,834	0,584	0,754	0,933	0,788	35	26	33	-7
Luxembourg	0,881	0,832	0,888	0,992	0,891	21	17	11	6
Malaysia	0,773	0,548	0,649	0,983	0,738	62	37	40	-3
Mali	0,407	0,568	0,579	0,946	0,525	176	60	59	1
Mexico	0,756	0,798	0,668	0,903	0,770	71	41	34	7
Morocco	0,617	0,531	0,400	0,988	0,605	129	53	55	-2
Netherlands	0,915	0,906	0,892	0,992	0,922	4	4	5	-1
New Zealand	0,910	0,865	0,926	0,991	0,918	7	7	6	1
Norway	0,944	0,939	0,993	0,993	0,959	1	1	1	0
Peru	0,737	0,729	0,654	0,940	0,751	82	44	39	5
Philippines	0,660	0,726	0,677	0,945	0,715	117	51	41	10
Poland	0,834	0,731	0,747	0,985	0,824	35	27	26	1
Portugal	0,822	0,788	0,779	0,991	0,835	41	29	22	7
Romania	0,785	0,600	0,668	0,983	0,758	54	34	36	-2
Russia	0,778	0,594	0,339	0,926	0,667	57	35	49	-14
Singapore	0,901	0,679	0,603	0,995	0,817	9	9	27	-18
Slovakia	0,830	0,644	0,735	0,985	0,802	37	28	31	-3
Slovenia	0,874	0,746	0,757	0,991	0,849	25	20	21	-1
South Africa	0,658	0,729	0,782	0,684	0,693	118	52	46	6
Spain	0,869	0,858	0,805	0,992	0,875	27	22	16	6
Sweden	0,898	0,960	0,973	0,993	0,936	12	12	2	10
Switzerland	0,917	0,909	0,909	0,993	0,927	3	3	4	-1
Tanzania	0,488	0,641	0,577	0,909	0,583	159	58	57	1
Thailand	0,722	0,629	0,539	0,948	0,703	89	46	43	3
Trinidad and Tobago	0,766	0,710	0,699	0,817	0,753	64	38	38	0
Turkey	0,759	0,510	0,512	0,973	0,693	69	40	47	-7
Uganda	0,484	0,551	0,522	0,936	0,559	164	59	58	-1
Ukraine	0,734	0,612	0,542	0,950	0,707	83	45	42	3
United Kingdom	0,892	0,864	0,831	0,990	0,892	14	13	10	-3
United States	0,914	0,813	0,811	0,958	0,886	5	5	14	-9
Uruguay	0,790	0,870	0,817	0,954	0,833	50	33	23	10
Venezuela	0,764	0,685	0,507	0,734	0,696	67	39	45	-6
Zambia	0,561	0,520	0,639	0,927	0,615	141	56	54	2
Zimbabwe	0,492	0,636	0,278	0,924	0,519	156	57	60	-3

Fonte: adaptado de Human Development Report (UNDP, 2010)

De acordo com o relatório, a Rússia é considerada uma *managed* (ou *stage-managed*) *democracy*. Destaca-se, ainda, que a anexação da Crimeia à Rússia e o conflito diplomático que se seguiu com o Ocidente sobre a Ucrânia impulsionou a intensificação do sentimento nacionalista, reforçado por uma campanha de propaganda agressiva pela mídia, que é controlada pelas autoridades.

A Venezuela tem problemas tanto em relação à sua democracia como também em relação à criminalidade, pois a média de criminalidade da amostra é de 5,85 homicídios por 100 mil habitantes, mas, no país, é de 37,02. O mesmo problema é observado no Brasil, pois, apesar de possuir índices de tolerância e democracia acima da média, sua taxa de homicídios é de 23,53, o que impossibilita um melhor IDH.

Entre os destaques positivos, a Suécia se distingue por ter um dos melhores índices de democracia e tolerância da amostra, sendo a segunda melhor democracia do mundo e o país mais tolerante da amostra, e por possuir um dos menores índices de criminalidade do mundo. Seria, segundo essas informações, o segundo melhor país do mundo para viver, atrás apenas da Noruega.

Exceção feita à Suécia, a maioria dos países de alto IDH também teriam um elevado índice de desenvolvimento, de acordo com o novo indicador. Mas, outros países também mereceriam atenção, como é o caso do Uruguai, que possui índices de democracia e tolerância superiores à média. Apesar do ser o 33º país com maior IDH da amostra, se consideradas as novas dimensões, estaria dez posições à frente. O Chile também se destaca nas mesmas dimensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho procurou estabelecer uma nova metodologia para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Com base no conceito da abordagem das capacitações de Amartya Sen, buscou novas dimensões, consideradas essenciais ao desenvolvimento de uma nação.

Renda, educação e esperança de vida não são apenas as únicas dimensões que devem ser avaliadas, mas também tudo aquilo que pode afetar o conjunto de capacitações das pessoas em relação ao seu futuro, de modo que é preciso repensar as necessidades sociais humanas. Para isso, considerou-se que uma pessoa deve ter, além de uma vida longa e saudável, conhecimento e um padrão de vida digno, também o direito de escolher seus governantes adequadamente, e deve viver num ambiente propício a que suas diferenças sejam respeitadas.

O novo índice sugerido no presente trabalho não é imune a críticas. Definir índices de tolerância étnica não é fácil, e os dados são escassos. A taxa de homicídio talvez não seja a melhor medida de criminalidade, uma vez que a corrupção também é um fator preponderante, assim como a quantidade de vítimas em conflitos bélicos. Contudo, o que realmente importa é a necessidade de entender que o desenvolvimento humano não é um conceito estático. As necessidades básicas das pessoas evoluem com o tempo, e, necessariamente, o desenvolvimento deve acompanhar essa evolução.

Referências

- ACEMOGLU D. et al. **Democracy does cause growth**. NBER Working Papers 20004, Cambridge (MA): National Bureau of Economic Research, 2014.
- ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. **Multidimensional poverty index**. Oxford: OPHI, 2010.
- ALESINA, A.; RODRIK, D. Distributive politics and economic growth. **Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 109, n. 2, p. 465-490, 1994.
- BARRO, R. J. Democracy and growth. **Journal of Economic Growth**, Boston, v. 1, n. 1, p. 1-27, 1996.
- BASU, R. L. Why the Human Development Index does not measure up to ancient Indian standards? **Culture Mandala: The Bulletin of the Centre for East-West Cultural and Economic Studies**, Robina, v. 6, n. 2, p. 1-7, 2005.
- BASUCHOUDHARY, A.; SHUGHART, W. F. On ethnic conflict and the origins of transnational terrorism. **Defence and Peace Economics**, Oxfordshire v. 21, n. 1, p. 65-87, 2010.
- BECKER, K. L. **Uma análise do efeito dos gastos públicos em educação sobre a criminalidade no Brasil**. Brasília: ESAF, 2013.
- BOMFIM, M. P. M. **A Capability Approach de Amartya Sen e o indicador de desenvolvimento humano (IDH)**. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2012.
- CAPASSO, S. Crime, inequality and economic growth. In: SALVADORI, N.; BALDUCCI, R. (Eds.). **Innovation, unemployment, and policy in the theories of growth and distribution**. Cheltenham: Edward Elgar, 2005. p. 168-187.
- CASADIO, T. E.; PALAZZI, P. Un indice per lo sviluppo sostenibile. **PSL Quarterly Review**, Roma, v. 57, n. 229, p. 123-149, abr. 2012.
- DAS, J.; DIRIENZO, C.; TIEMANN, T. A global tolerance index. **Competitiveness Review: An International Business Journal**, Bradford, v. 18, n. 3, p. 192-205, 2008.
- EASTERLY, W.; LEVINE, R. Africa's growth tragedy: policies and ethnic divisions. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v.112, n.4, p. 1203-1250, 1997.
- EASTERLY, W.; RITZEN, J.; WOOLCOCK, M. Social cohesion, institutions, and growth. **Economics and Politics**, Malden, n. 18, p. 103-20, 2006.
- EVIDGE, C. D. et al. The Night Light Development Index (NLDI): a spatially explicit measure of human development from satellite data. **Social Geography**, Colorado, v. 7, n. 1, p. 23-35, 2012.
- KLEINSCHMITT, S. C.; LIMA, J. F. de; WADI, Y. M. Relação entre o crescimento da desigualdade social e dos homicídios no Brasil: o que demonstram os indicadores? **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 65-90, 2012.
- KUMAR, S. **Crime and economic growth: Evidence from India**. MPRA Paper No. 48794. 2013. Disponível em: <<http://mpra.ub.uni-muenchen.de/48794/>>. Acesso em: 17 abr. 2016.
- LLOYD-ELLIS, H.; MARCEAU, N. Endogenous insecurity and economic development. **Journal of Development Economics**, College Park, v. 72, n. 1, p. 1-29, 2003.

MARTINS, A. R. P.; FERRAZ, F. T.; COSTA, M. da. Sustentabilidade ambiental como nova dimensão do Índice de Desenvolvimento Humano dos países. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 139-162, dez. 2006.

MAURO, P. Corruption and growth. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 110, n. 3, p. 681-712, 1995.

MONTALVO, J. G.; REYNAL-QUEROL, M. Ethnic polarization, potential conflict, and civil wars. **American economic review**, Cambridge, v. 95, n. 3, p. 796-816, 2005.

NOYOO, N. Ethnicity and development in sub-Saharan Africa. **Journal of Social Development in Africa**, Harare, v. 15, n. 2, p. 55-68, 2000.

OJOG, D. **The effect of crime on economic growth**. Departamento de Economia, Erasmus University Rotterdam, Roterdã, 2014. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/154255e41ec31b28?projector=1>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

OLIVEIRA, W. F. de. Índice de Desenvolvimento Humano e Pegada Ecológica: Uma proposta de integração. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 16., Porto Alegre, 2013. Anais... Porto Alegre: ANPEC Sul, 2013.

PALAZZI, P.; LAURI, A. The Human Development Index: suggested corrections. **PSL Quarterly Review**, Roma, v. 51, n. 205, p.193-201, 2013.

PEÑAFLORES, P. E. C. **Intangible assets and the search for a new development paradigm**: redefining concepts of wealth, poverty and development. Center for Conscious Living Foundation, Feb. 2011. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/154255e41ec31b28?projector=1>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

PERSSON, T; TABELLINI, G. Is inequality harmful for growth? **The American Economic Review**, Cambridge, v. 84, n. 3, p. 600-621, 1994

POWELL, B.; MANISH, G. P.; NAIR, M. Corruption, crime and economic growth. In: BENSON, B. L.; ZIMMERMAN, P. R. (Eds.). **Handbook on the Economics of Crime**. Cheltenham: Edward Elgar, 2010. p. 328-341.

SAGAR, A. D.; NAJAM, A. The Human Development Index: a critical review. **Ecological Economics**, Cambridge, v. 25, n. 3, p. 249-264, 1998.

SARTORI, G. Democracy. In: **International Encyclopedia of Social Sciences**, vol. 4. London; New York: Macmillan, pp. 112–21, 1968.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. **The idea of justice**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2009.

SOARES, R. R. Development, crime and punishment: accounting for the international differences in crime rates. **Journal of Development Economics**, College Park, v. 73, n. 1, p. 155-184, 2004.

STEWART, F. **The Elgar companion to development studies**. Cheltenham: Edward Elgar, 2006.

TANER, M.; SEZEN, B.; MIHCI, H. An alternative Human Development Index considering unemployment. **South East European Journal of Economics and Business**, Sarajevo, v. 6, n. 1, p. 45-60, 2011.

THORBECKE, E. **The evolution of the development doctrine, 1950-2005**. Research Paper No. 2006/155. Helsinki: UNU-WIDER, 2006.

UNDP. United Nations Development Programme. **Human Development Report 1990: Concept and measurement of human development**. New York: Oxford University Press, 1990.

UNDP. United Nations Development Programme. **Human Development Report 2010: A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano**. New York: Oxford University Press, 2010.

WVS. World Values Survey. **Official Data File**. v. 5. Madrid: ASEP/JDS, 2006.